

NEWSLETTER DIGESTO N.º 23/2018

Disponibilização: 19 de novembro de 2018

Período abrangido: 5 a 16 de novembro de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Proteção Civil
2. Agricultura
3. Ambiente
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
4. Cultura
5. Economia
 - Atividade Económica
 - Inovação e Empreendedorismo
 - Transportes
6. Finanças
 - Sistema financeiro
7. Justiça
 - Decisões e Pareceres
 - Justiça Constitucional
 - Política de Justiça
8. Mar
9. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação

10. Órgãos de Soberania

- Assembleia da República
- Governo

11. Regiões Autónomas

- Açores
- Madeira

12. Saúde

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Resolução n.º 4/2018, de 9 de novembro](#)

(Administração Interna - Comissão Nacional de Proteção Civil)

Aprova planos de emergência de proteção civil.

2. AGRICULTURA

[Portaria n.º 295-A/2018, de 2 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece as regras nacionais complementares relativas aos fundos operacionais, aos programas operacionais e à assistência financeira, previstos na Secção 3 do Capítulo II da Parte II do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no Regulamento Delegado (UE) 2017/891, da Comissão, de 13 de março, e no Regulamento de Execução (UE) 2017/892, da Comissão, de 13 de março, nas redações atuais, em aplicação da estratégia nacional de sustentabilidade para os programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas.

[Despacho n.º 10178-A/2018 de 2 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Reconhece como «fenómeno climático adverso» o fenómeno meteorológico ocorrido entre 13 e 14 de outubro de 2018, consistindo na depressão pós-tropical associada ao furacão Leslie que afetou as freguesias indicadas no seu anexo, e concede um apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas danificadas por efeito do referido «fenómeno climático adverso», nos ativos fixos tangíveis e ativos biológicos que integram o capital produtivo da exploração.

[Despacho n.º 10522-A/2018, de 13 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Altera o supra referido Despacho n.º 10178-A/2018, de 2 de novembro, aditando freguesias ao seu anexo.

[Despacho n.º 10498/2018, de 13 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Determina a aprovação dos três modelos de cartões de identificação para técnico responsável, operador de venda, aplicador especializado e aplicador de produtos fitofarmacêuticos.

3. AMBIENTE

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020.

[Despacho n.º 10247/2018, de 6 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o apoio, no montante máximo de 2 440 096,62 euros, a conceder pelo Fundo Florestal Permanente.

[Despacho n.º 10248/2018, de 6 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o apoio de 559 903,38 euros a conceder pelo Fundo Florestal Permanente, para a cobertura aérea de 2018.

4. CULTURA

[Aviso n.º 16265-A/2018, de 9 de novembro](#)

(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Torna público a abertura de procedimento simplificado para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos, nos domínios da circulação nacional, edição, formação, internacionalização e investigação, no montante financeiro global disponível de EUR 50.000,00.

5. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o novo Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno.

- INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2018, de 15 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o acordo para organização do evento internacional Web Summit em Portugal, no período de 2019 a 2028.

- TRANSPORTES

[Deliberação n.º 1205-A/2018, 5 de novembro](#)

(Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e da Transição Energética e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Define os termos do dístico identificador dos veículos utilizados na atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE).

[Deliberação n.º 1205-B/2018, de 5 de novembro](#)

(Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e da Transição Energética e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Fixa as taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT, I. P.), nos procedimentos administrativos a que se refere a Lei n.º 45/2018 de 10 de agosto, que estabeleceu o regime jurídico de acesso e exercício da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE).

[Despacho n.º 10543/2018, de 14 de novembro](#)

(Adjunto e Economia - Instituto Português da Qualidade, I. P.)

Determina disposições tendentes a assegurar a realização da verificação periódica dos taxímetros até 31 de dezembro de 2018.

6. FINANÇAS

- SISTEMA FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 94/2018, de 14 de novembro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a criação e a composição do Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento. Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 de maio, que estabelece o quadro legal do seguro de créditos; altera (terceira alteração) o Decreto-Lei n.º 295/2001, de 21 de novembro, que regula o seguro de investimento direto português no estrangeiro; e altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 51/2006, de 14 de março, que cria o Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento.

7. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2018, de 14 de novembro](#) (Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: A admoestação prevista no art. 51.º, do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, não é aplicável às contraordenações graves previstas no art. 34.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de abril.

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão \(extrato\) n.º 428/2018, de 9 de novembro](#) (Tribunal Constitucional)

Não declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.ºs 7 e 8 - e, conseqüentemente, dos n.ºs 9 e 10 - do artigo 9.º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

[Acórdão \(extrato\) n.º 328/2018, de 134 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma contida no artigo 2.º, n.º 8, do Novo Regime do Fundo de Garantia Salarial (NRFGS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril, na interpretação segundo a qual o prazo de um ano para requerer o pagamento dos créditos laborais, certificados com a declaração de insolvência, cominado naquele preceito legal é de caducidade e insuscetível de qualquer interrupção ou suspensão.

[Acórdão \(extrato\) n.º 444/2018, de 13 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma que determina que, no cálculo dos emolumentos devidos em processos de fiscalização prévia no Tribunal de Contas, referentes a certos atos e contratos previstos nesse preceito, não existe a fixação de qualquer limite máximo, interpretativamente extraída do artigo 5.º, n.º 1, alínea b), do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas.

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 557/2018, de 14 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do artigo 100.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, interpretada no sentido de que a declaração de insolvência aí prevista suspende o prazo prescricional das dívidas tributárias imputáveis ao responsável subsidiário no âmbito do processo tributário.

[Acórdão \(extrato\) n.º 446/2018, de 15 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma que determina que o pagamento das prestações, por conta do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, se inicia no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal e é devido a partir do 1.º dia do mês seguinte ao dessa decisão, não sendo exigível o pagamento de prestações vencidas, resultante da interpretação dos n.ºs 4 e 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de maio, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro.

- **POLÍTICA DE JUSTIÇA**

[Despacho Normativo n.º 13/2018, de 9 de novembro](#)
(Justiça - Gabinete da Secretária de Estado da Justiça)

Regulamenta a atividade do sistema de mediação familiar (SMF), criado pelo Despacho n.º 18 778/2007, de 22 de agosto, e aprova o Regulamento dos Procedimentos de Seleção de Mediadores para prestar Serviços de Mediação no Sistema de Mediação Familiar.

8. MAR

[Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Define um novo enquadramento jurídico para a marinha mercante, instituindo um regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem de navios («tonnage tax») e um regime fiscal e contributivo específico para a atividade marítima, bem como um registo de navios e embarcações simplificado.

[Decreto-Lei n.º 93/2018, de 13 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o novo Regime Jurídico da Náutica de Recreio.

9. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO**

[Aviso n.º 138/2018, de 5 de novembro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação das Alterações ao Acordo Relativo à Criação do Fundo Comum para os Produtos Base, adotadas pelo Conselho de Governadores, em 10 de dezembro de 2014.

[Decreto do Presidente da República n.º 80/2018, de 12 de novembro](#)
(Presidência da República)

Ratifica a Convenção do Conselho da Europa Relativa à Contrafação de Medicamentos e Infrações Semelhantes que Envolvam Ameaças à Saúde Pública, aberta a assinatura em Moscovo, em 28 de outubro de 2011, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 305/2018, em 2 de março de 2018.

[Decreto do Presidente da República n.º 83/2018, de 16 de novembro](#)
(Presidência da República)

Ratifica a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho, de 13 de julho de 2018, que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho, de 20 de setembro de 1976, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 307/2018, em 26 de outubro de 2018.

10. ÓRGÃOS DE SOBERANIA

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Resolução da Assembleia da República n.º 306/2018, de 14 de novembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova o orçamento da Assembleia da República para 2019.

- GOVERNO

[Decreto-Lei n.º 90/2018, de 9 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.

11. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2018/A, de 9 de novembro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto.

- MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2018/M, de 15 de novembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Altera (primeira alteração) o Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2012/M, de 8 de outubro, que regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente dos estabelecimentos de educação e de ensino, das instituições de educação especial, dos serviços técnicos da Direção Regional de Educação, dos que se encontram em regime de mobilidade na administração regional autónoma e local, delegações escolares e no exercício de outras funções.

12. SAÚDE

[Despacho n.º 10550/2018, de 14 de novembro](#)
(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Determina a constituição de uma TaskForce no Ministério da Saúde para assegurar uma intervenção articulada e coordenada da Saúde Pública, da Emergência Médica pré-hospitalar e dos Serviços de Urgência da Rede Hospitalar, no contexto do evento Web Summit 2018.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de novembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o novo Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão